

# Voto feminino deve decidir eleições 2018, diz especialista

*As mulheres representam mais de 50% do eleitorado e serão decisivas para a definição de quem será eleito*

[\(Claudia, 21/09/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Caminhamos para um dos pleitos eleitorais mais imprevisíveis, em um Brasil sacudido pelas apurações de corrupção que envolvem políticos de todo o espectro ideológico - da esquerda à direita, passando pelo centro. Nesse cenário, uma coisa é certa: o fiel da balança são as mulheres, que correspondem a 52,5% do eleitorado.

Para os especialistas, é o voto feminino que decidirá quem vai sair vencedor nas urnas em outubro - quando os brasileiros vão eleger o presidente da República, os governadores, senadores, deputados federais, estaduais e distritais. “Em eleições apertadas, como foram as das últimas duas décadas, as mulheres dão a palavra final. É o que mostram pesquisas qualitativas, com grupos de discussão”, afirma a socióloga **Fátima Pacheco Jordão**, conselheira do Instituto Patrícia Galvão. E elas são realmente as últimas a fechar o voto.

De acordo com uma pesquisa Datafolha divulgada em agosto, 65% das eleitoras entrevistadas ainda não tinham candidato - 50% estavam indecisas e 15% declaravam voto branco ou nulo. “O marketing dos partidos políticos já detectou esse comportamento e, por isso, de forma absolutamente estratégica, concentra esforços para conquistar os votos das indecisas nos últimos dias que antecedem a votação”, observa Fátima.

O Instituto Patrícia Galvão vem acompanhando as tendências do voto feminino nos últimos 20 anos. “As mulheres tendem a ser mais exigentes do que os homens e pautam suas escolhas pelas propostas dos candidatos relacionadas a problemas que afetam o seu dia a dia. Por serem as principais usuárias dos serviços públicos, elas têm um olhar mais crítico em áreas como saúde, educação, transporte e segurança”, afirma Jacira Melo, diretora do

Instituto.

Além disso, grandes questões, como o aborto, a disparidade salarial e a violência doméstica, também estão em jogo, principalmente quando se trata de eleger os representantes do Legislativo. Isso porque, sendo a paridade de gênero o princípio fundamental para garantir igualdade no direito político e eleitoral, já saímos perdendo pela representação numérica.

O panorama de junho mostrava apenas 10,7% das cadeiras da Câmara dos Deputados ocupadas por mulheres, o que deixa o Brasil estacionado na 152ª posição no ranking de representação feminina de um levantamento feito em mais de 180 nações pela União Interparlamentar (UIP), organização internacional dos parlamentos dos Estados soberanos. Ficamos bem distantes dos primeiros colocados: Ruanda (61,3%), Cuba (53,2%) e Bolívia (53,1%). Ou de nações europeias, como Espanha (39,1%), França (39%), Portugal (34,8%), e da vizinha Argentina (38,9%). Não avançamos nesse quesito mesmo com a Lei nº 9.504, de 1997, que obrigou os partidos a preencher 30% de suas candidaturas com mulheres. Portanto, não se trata apenas de defender bandeiras feministas, mas de assegurar que as cadeiras em um parlamento sejam divididas igualmente entre homens e mulheres. Essa é uma forma de promover a condução mais equilibrada de temas que afetam a sociedade como um todo.

“Precisamos de maior diversidade, de representantes que cheguem a esses lugares de poder com conteúdo feminista, antirracista, comprometidos com os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras”, afirma a socióloga Natália Mori, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea). A questão da descriminalização do aborto, por exemplo, é um dos pontos cruciais. Muitos deputados fundamentalistas ainda atuam pela reversão total da permissão para a interrupção da gravidez, até mesmo nos casos em que atualmente a lei permite – quando há risco à vida da mãe causado pela gravidez, se ela é resultante de estupro ou se o feto é acéfalo.

### **Ocupando espaço**

Mas por que, mesmo com as cotas na política, não avançamos na representatividade feminina? “Os partidos brasileiros são oligarquias

masculinas. Infelizmente, ainda acontece no país o lançamento de um considerável número de candidatas apenas para cumprimento de cota”, diz **Jacira**. São as chamadas candidaturas laranjas. Além disso, a questão passa pela necessidade de dar visibilidade às candidatas de maneira efetiva. “As campanhas presidenciais de 2010 e 2014 nos revelaram a significativa adesão feminina às candidaturas de Dilma Rousseff e Marina Silva”, aponta ela. No primeiro turno de 2010, Dilma e Marina conquistaram, juntas, 66,24% dos votos das mulheres; em 2014, foram 62,91%.

O fato é que faltam apoio e estrutura para que candidaturas femininas sejam vistas pelo eleitorado – situação que, este ano, pela primeira vez, pode começar a mudar. Por determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os partidos terão que destinar 30% do fundo eleitoral e 30% do tempo da propaganda de TV a elas, o que significa 515 milhões de reais, de um total de 1,7 bilhão de reais destinado ao Fundo Eleitoral para Financiamento de Campanha (FEFC). “A medida potencialmente pode trazer mais equilíbrio para a disputa eleitoral, mas a administração desses recursos ainda está sob o controle do poder masculino nos partidos”, observa Jacira. Como questiona a cientista social Beatriz Pedreira, cofundadora do Instituto Update: “A quantidade de vices mulheres nas chapas que disputam a Presidência da República e o governo dos estados (em um total de 77) é um movimento de empoderamento feminino ou uma forma de acessar os 30% dos recursos destinados a elas?”. É que não fica claro na lei como a parte destinada a campanhas femininas deve ser usada – é o partido que toma essa decisão.

Beatriz, no entanto, aponta outra questão que também pode trazer esperanças de ampliar a participação feminina nos espaços de poder. Embora eles ainda sejam construídos sob uma perspectiva muito masculina, a mulher começa a perceber a importância de seu ativismo. Essa foi uma das conclusões de um levantamento feito pelo Instituto Update em 2015, que mapeou cerca de 700 iniciativas inovadoras no Brasil e na América Latina. “Notamos um movimento de mudança de paradigma, que valoriza conceitos comumente ligados ao gênero feminino, como atuação em rede, colaboração, diálogo e princípios humanos que as mulheres exercem com maior expressividade”, afirma Beatriz. “Essa tendência vem para ficar e deve se ampliar na prática política. Já estamos vendo isso, por exemplo, na

Argentina”, diz, lembrando que o barulho feito pelas mulheres ganhou repercussão internacional e trouxe mais destaque ao tema - apesar de a descriminalização do aborto ter sido barrada em uma votação apertada no Senado, depois de ter batido na trave ao ser aprovada pelos deputados.

Para ampliar essa onda, temos que fazer valer a nossa força de maioria no eleitorado. Votar - e votar bem - é uma missão fundamental para as brasileiras que irão às urnas nos próximos dias 7 (primeiro turno) e 28 (segundo turno) de outubro. “O desafio é encontrar um candidato ou candidata que se pareça com você, que defenda o que você defende. E não votar em alguém apenas porque já tem um histórico na política. Precisamos buscar inovação, ocupar o poder com outras caras, outros corpos. Quanto mais os espaços de poder forem ocupados por pessoas que sejam da sua confiança, mais elas poderão defender suas causas”, observa a advogada **Marina Ganzarolli**, cofundadora da Rede Feminista de Juristas.

Para votar com esse nível de consciência, os eleitores devem fazer a sua parte: buscar informação sobre os candidatos. Uma boa novidade nessas eleições é que, aproveitando a facilidade tecnológica, surgiram diversas iniciativas dispostas a promover candidaturas alinhadas com as causas feministas e da diversidade, como a plataforma #MeRepresenta, da qual Marina participa. Com informação e o voto podemos virar o jogo.

## **Busque por elas**

Movimentos organizados na internet incentivam candidaturas femininas e reforçam a importância de uma vida política ativa.

- [#MeRepresenta](#)

A plataforma é organizada por coletivos de mulheres, negros e LGBT que lutam pela igualdade e diversidade. O sistema mostra ao eleitor os candidatos que assumem essas frentes em cada região, auxiliando na escolha do voto.

- [A Candidata](#)

O projeto visa aumentar o número de mulheres em cargos políticos,

educando-as e estimulando-as a se candidatar. Também mostra o avanço promovido pelas eleitas em anos anteriores. Por meio do Instagram, destaca a falta de representatividade feminina, por exemplo, o fato de nunca ter havido uma mulher governadora em 18 das 27 unidades federativas.

- [\*\*Vote Nelas\*\*](#)

Esse coletivo suprapartidário (que engloba todos os partidos) apresenta dados no universo feminino e apoia causas feministas, destacando candidatas comprometidas com elas. É possível apoiar o projeto oferecendo serviços e conhecimentos.

*Iracy Paulina*